

Mesa anuncia corte de gastos e novas metas administrativas

Senado decide buscar aperfeiçoamento do processo legislativo e realizar um corte imediato nas despesas da Casa. Cada setor administrativo da instituição fará um planejamento buscando a melhor utilização dos recursos



Jane Araújo/Senado Federal

Entre Cícero Lucena (E) e Marta Suplicy, José Sarney preside a primeira reunião da Mesa do Senado, ontem: economia de gastos e continuidade da modernização administrativa são as prioridades

O Senado anunciou ontem medidas de contenção de gastos, na esteira da decisão do governo federal de cortar R\$ 50 bilhões no Orçamento em um esfor-

ço para manter a estabilidade econômica e combater a inflação. Ao final da primeira reunião do ano da Mesa do Senado, o presidente da Casa, José Sarney, anunciou a

suspensão de todos os contratos emergenciais e do pagamento de horas extras para diretores, além da reavaliação de ato sobre concurso público previsto para este ano. **3**

Doris é a primeira mulher a assumir a Diretoria-Geral

Empossada ontem no cargo de diretora-geral do Senado, Doris Peixoto anunciou que dará conti-

nuidade à modernização administrativa da Casa e investirá na formação dos servidores. **3**



Jane Araújo/Senado Federal

Doris Peixoto quer reduzir burocracia e investir na modernização de processos

Dornelles lidera a Comissão da Reforma Política

Formado por 12 membros, grupo terá 45 dias para elaborar proposta. O ato que criou a comissão foi publicado ontem. **2**

Proposta que será elaborada pela comissão, presidida por Francisco Dornelles, será submetida à análise dos senadores



Waldemir Barreto/Senado Federal

Câmara pode votar novo mínimo na quarta-feira **5**

Seis projetos para prevenir tragédias naturais **7**

O grupo de 12 senadores deverá reunir propostas em tramitação, realizar audiências públicas, aprovar relatório final e apresentar anteprojeto



Grupo a ser coordenado por Dornelles terá 45 dias para elaborar proposta

Francisco Dornelles presidirá Comissão da Reforma Política

A COMISSÃO DE senadores que vai discutir a reforma política será presidida pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ) e terá outros 11 membros. O grupo terá 45 dias para elaborar uma proposta, a ser posteriormente submetida à análise de todos os senadores. O ato da Presidência da Casa criando a comissão e designando seus integrantes (veja o quadro à esquerda) foi divulgado ontem à tarde.

Desde os primeiros dias de trabalho do Congresso neste ano, Sarney tem falado sobre a necessidade de realização da reforma política. Embora não haja consenso quanto ao formato que deve ter a reforma, outros senadores também têm dito que ela precisa ser realizada.

Para Sarney, era importante que a comissão pudesse reunir "os homens mais experientes da Casa, ex-presidentes, ex-gover-

nadores", o que não impedirá a participação dos demais senadores que queiram contribuir com o colegiado.

– Isso não quer dizer discriminação. É muito bem-vinda a participação de todos – afirmou Sarney, ao ser questionado sobre queixas, que disse desconhecer, dos senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS) de que não teriam sido convidados para participar da comissão.

O ato assinado por Sarney define como incumbência da comissão analisar as matérias sobre o tema em tramitação no Congresso Nacional, realizar audiências públicas com especialistas na área, elaborar o relatório final e apresentar anteprojeto sobre a matéria.

Para desenvolver suas atividades, a comissão poderá utilizar a estrutura da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e ainda solicitar estudos, informações e serviços à Consultoria Legislativa da Casa, além de indicar até dez especialistas no assunto, nacionalmente conhecidos, para apoiar seus trabalhos. Os especialistas não serão remunerados a qualquer título, constituindo serviço público relevante prestado ao Senado Federal.

Para justificar a realização da reforma política, Sarney afirma que é necessário fortalecer os partidos e que o país cresceu nas áreas econômica e social, "mas ainda não conseguiu realizar uma reforma política, anseio nacional".

Até dez especialistas podem ser convidados a colaborar, sem remuneração

Os membros anunciados

PRESIDENTE	
• Francisco Dornelles (PP-RJ) •	
MEMBROS	
• Itamar Franco (PPS-MG) •	• Fernando Collor (PTB-AL) •
• Aécio Neves (PSDB-MG) •	• Demóstenes Torres (DEM-GO) •
• Roberto Requião (PMDB-PR) •	• Luiz Henrique (PMDB-SC) •
• Wellington Dias (PT-PI) •	• Jorge Viana (PT-AC) •
• Pedro Taques (PDT-MT) •	• Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) •
• Eduardo Braga (PMDB-AM) •	
SUPLENTE	
• Humberto Costa (PT-PE) •	• Vital do Rêgo (PMDB-PB) •
• Waldemir Moka (PMDB-MS) •	• Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) •
• Ana Amélia (PP-RS) •	• Vicentinho Alves (PR-TO) •

Confea pede apoio contra perda de receitas

Afetado pela lei que cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), o antigo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) vem solicitando medidas para que suas receitas – e também as dos conselhos regionais a ele vinculados, os Creas – não sejam prejudicadas. A entidade também quer ações que fortaleçam sua representatividade. Foi para reiterar esses pedidos que o presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo, esteve ontem com o presidente do Senado, José Sarney.

A Lei 12.378/10, que cria o CAU, foi sancionada no último dia do governo Lula e teve origem no projeto que o Congresso Nacional aprovou no dia 21 de dezembro. Segundo o presidente do Confea, que era contra a iniciativa, "a saída da Arquitetura do sistema atual causará um impacto de 11% sobre os orçamentos do Confea e dos Creas em 2011".

Marcos Túlio defende que, "assim como ocorre na lei que criou o CAU", sejam disciplinadas a correção das anuidades do Confea e dos Creas e a responsabilidade técnica dos

profissionais de que tratam.

– Isso é necessário para evitar que ações judiciais inviabilizem o nosso funcionamento – argumentou.

Ele pediu o apoio de Sarney para que se garanta "a representação federativa no plenário do Confea, nos mesmos moldes do que está previsto na Lei 12.378".

Veto presidencial

Marcos Túlio também solicitou apoio para que seja

mantido o veto presidencial ao artigo 58 da lei. De acordo com o artigo vetado, "no prazo de 90 dias a contar da instalação do CAU, o Confea providenciará a contratação de empresa de auditoria de notória especialização para, no prazo de 180 dias, determinar a parcela do patrimônio do Confea e dos Creas que caberá ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e aos conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos estados e do Distrito Federal".



Sarney ouve reivindicações do presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo (C)

Lindbergh quer aperfeiçoar leis sobre pessoa com deficiência

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e a superintendente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Teresa d'Amaral. Lindbergh disse que propôs ao presidente do Senado a criação de uma comissão especial para aperfeiçoar a legislação sobre as pessoas com deficiência. De acordo com o senador, Sarney "recebeu a ideia com entusiasmo" e irá trabalhar para instalar a comissão "o mais breve possível".

Lindbergh Farias afirmou que a legislação brasileira já é boa, mas pode ser melhorada. Além de aperfeiçoar as normas vigentes, a comissão teria como objetivo debater com toda a sociedade, por meio de seminários e audiências públicas.

– Vamos levantar a bandeira da pessoa com deficiência por todo o Brasil – afirmou.

O senador lembrou que hoje, mesmo com uma legislação avançada, há mães de crianças com deficiência que enfrentam "uma luta duríssima no dia a

dia", na busca de espaço para dar estímulos aos filhos. O parlamentar – que tem uma filha com síndrome de Down – disse que pequenas iniciativas podem fazer a diferença. Citou, por exemplo, a possibilidade de inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no ensino fundamental.

– As crianças iriam se divertir. E quantas pessoas com deficiência auditiva seriam incluídas na vida social apenas com essa medida?

O senador lembrou que boa parte da legislação atual sobre o assunto foi aprovada na gestão de Sarney na Presidência da República.

Teresa d'Amaral disse que "é preciso dar efetividade à legislação" e afirmou que a grande maioria das cidades não tem acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência.

De acordo com ela, 14,5% da população é portadora de alguma deficiência. "O tema tem de ser trazido para a responsabilidade do Estado e da sociedade", disse.

Decisão sobre comissões perto do fim

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que falta apenas definir quais serão as comissões permanentes presididas pelos três partidos que contam com o mesmo número de senadores na atual legislatura para a conclusão do processo de instalação dos colegiados. DEM, PP e PR têm cinco parlamentares cada um.

Até agora, a única comis-

são instalada é a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que é presidida por um senador do PMDB, Eunício Oliveira (CE).

– Tivemos uma reunião ontem [quarta] à noite e estamos tentando encontrar uma solução. Grande parte dos problemas surgidos está resolvida – afirmou.

Segundo o presidente do Senado, ainda não foi

estabelecido um critério de escolha para definir a qual partido caberá a presidência de qual comissão, nesse caso dos partidos que têm a mesma proporcionalidade numérica.

– A minha opinião é que, se eles não entrarem em acordo politicamente, uma boa solução seria sortear as comissões entre os três – sugeriu Sarney.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

9h A sessão plenária não tem pauta de votações e será destinada a comunicados da Mesa e a discursos de parlamentares. O primeiro orador inscrito para discursar é o senador Aníbal Diniz (PT-AC).

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Sarney: concurso do Senado não foi cancelado

O presidente do Senado, José Sarney, em entrevista coletiva, ressaltou que o concurso público do Senado não foi cancelado. Está apenas sendo reavaliado para melhor se adequar às novas diretrizes em matéria de gastos.

– Não vamos acabar com o concurso. Apenas estamos fazendo uma avaliação das diversas áreas da Casa onde devemos racionalizar e quais as vagas serão abertas nessas áreas. É muito diferente de dizer que acabamos com o concurso. Vamos continuar – explicou.

Sarney informou que o concurso será retomado após apresentação de um projeto por comissão específica no prazo de 60 dias. Nesse período, a comissão avaliará as áreas a serem contempladas e o número de vagas a serem oferecidas na seleção pública, que ainda pode ocorrer em 2011, embora não haja garantias oficiais nesse sentido.

– Podem continuar estudando. Estudem bem, porque é um concurso muito difícil, que tem trazido ao Senado recursos humanos da melhor qualidade. Estamos apenas avaliando para fazer melhor o edital – disse.

Em relação aos terceirizados, Sarney frisou que deverão ser mantidos apenas os que forem necessários.

Prioridade para reforma administrativa

O 1º secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), disse ontem que a reforma administrativa do Senado é uma das prioridades da Mesa. O projeto de reforma (PRS 96/09), elaborado por uma comissão especial de senadores, tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Vamos trabalhar para que seja agilizada a votação do projeto – assegurou.

O senador explicou que, com a aprovação da proposta, será possível definir a lotação ideal de funcionários.

De acordo com Cícero Lucena, caberá à CCJ decidir se mantém ou não o parecer sobre o projeto elaborado pelo então senador Tasso Jereissati.

– Queremos colocar a proposta em votação, mas ninguém pode obrigar os senadores a votar como ela se encontra. A proposta será debatida e votada. Se receber contribuições, espero que sejam para aprimorar o texto.



Segundo Cícero Lucena, a reforma permitirá lotação ideal dos servidores

Em harmonia com o corte orçamentário anunciado pelo governo, Mesa do Senado anuncia medidas como agilizar a reforma administrativa, acabar com os contratos emergenciais e proibir pagamento de hora extra a diretores

Mesa do Senado anuncia redução imediata nas despesas da Casa

EM SINTONIA COM o anúncio do governo federal de cortar R\$ 50 bilhões do Orçamento da União para 2011, a Mesa do Senado decidiu ontem em sua primeira reunião com os novos integrantes realizar um corte imediato nas despesas da Casa.

As medidas incluem o estabelecimento de metas para cada setor administrativo da instituição, que buscará melhor utilização dos recursos.

Segundo o presidente da Casa, José Sarney, haverá maior vigilância em matéria de gastos. Ele citou como prioridades agilizar a reforma administrativa e reavaliar o ato que definiu o número e a distribuição de vagas do concurso público previsto para o segundo semestre.

Sarney lembrou que cumpriu a previsão de cortar 10% dos gastos do Senado quando assumiu a Presidência na legislatura anterior e que o orçamento da Casa está equilibrado.

– Conseguimos ano passado

talvez o melhor desempenho dos órgãos públicos em matéria de gastos. O que aumentou foi a folha de funcionários, o que foi geral para todo o serviço público – explicou.

Sarney anunciou também o fim do pagamento de hora extra a servidores em cargos de direção.

– Todo funcionário que ocupar cargo de direção não tem direito a horas extras, para evitar que eles sejam os próprios árbitros das avaliações das horas que devam trabalhar.

Já assinado, o ato com a medida veda o “pagamento de horas extras aos ocupantes de função comissionada de diretor, ou cargo em comissão equivalente, símbolos FC-5, FC-4, FC-3, SF-3 ou SF-2, cujo excesso de jornada deverá ser objeto de compensação”.

Segundo o presidente, haverá “cortes bastantes” em todas as áreas do Senado. Ele não deu uma estimativa do valor

desses cortes, mas ressaltou que a situação será analisada pela Diretoria-Geral, agora sob o comando de Doris Peixoto, empossada ontem (veja abaixo).

Quanto ao prazo para a implantação das mudanças no âmbito administrativo, Sarney disse já ter cobrado a conclusão do parecer final do anteprojeto sobre a matéria, elaborado em conjunto pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Conselho Administrativo do Senado.

Ele lembrou que o anteprojeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que criou uma subcomissão para avaliar a matéria.

– As votações demoram, mas agora o assunto está maduro, já foi muito discutido – afirmou.

A reavaliação do concurso público (veja ao lado) foi anunciada pela 1ª vice-presidente da Mesa, Marta Suplicy (PT-SP), e pelo 1º secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB).

No último dia 31, o Ato da Diretoria-Geral 330/11 definiu o provimento de 180 vagas do quadro de pessoal e a formação de cadastro de reserva. A

ideia é reavaliar esse ato para identificar possíveis ajustes no número de vagas e na sua distribuição.

Outra providência será o fim dos contratos emergenciais.

– Queremos ter planejamento para não ter justificativa para contratos emergenciais – ressaltou Cícero Lucena, informando ainda que vai acabar com a prorrogação de contratos.

Marta Suplicy salientou a importância das medidas:

– É uma gestão que está com muita vontade de corresponder às expectativas da população.

Orçamento da União

Para José Sarney, o corte no Orçamento, baseado na redução de despesas administrativas e nas emendas parlamentares, é importante para garantir a estabilidade.

– O essencial é que mantenhamos a estabilidade econômica. Para isso, temos que controlar a receita e a despesa. Esse corte não atinge apenas as emendas. Algumas visam obras que já estão em andamento e são de grande interesse do país.



José Sarney (entre Marta Suplicy e Ciro Nogueira) conduz cerimônia de posse de Doris Peixoto (2ª à esquerda)

Diretora quer modernizar gestão do Senado

A “continuidade das reformas necessárias à modernização da gestão administrativa”, com formação de servidores, eliminação da burocracia, substituição dos processos mecânicos por eletrônicos, e a consolidação da transparência estão entre as propostas da diretora-geral do Senado, empossada ontem, Doris Marize Romariz Peixoto.

Em cerimônia de posse no gabinete da Presidência do Senado, Doris convidou todos os servidores a “contribuir com o cumprimento desses compromissos assumidos pelo presidente do Senado, José Sarney”.

A implementação das medidas, segundo a diretora-geral, “vai priorizar o interesse público sobre o privado e estará embasada nos princípios constitucionais

da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

– É um projeto coletivo e só com o esforço do servidor de todas as categorias, efetivos, comissionados e terceirizados, levará a consolidar o Senado de amanhã – disse.

Para Doris, a responsabilidade de ocupar esse cargo aumenta com a “consciência da grandeza” de pertencer ao quadro de servidores do Senado, do qual participa há 27 anos. Na avaliação da diretora-geral, a renovação dos ocupantes de cargos é “processo natural e saudável”. Para ela, a instituição, ao receber “um olhar diferente e uma forma de trabalho alternativo”, avança na reformulação da gestão e, assim, há

aprimoramento.

Sarney disse que a escolha de Doris Peixoto foi feita depois de consultar senadores e servidores. Ressaltou que ela é bem conceituada na Casa por sua “seriedade, competência, honestidade e valiosa contribuição ao Senado”.

O presidente do Senado ainda destacou o trabalho realizado por Haroldo Tajra, que assumiu a Diretoria-Geral em 2009 e deixa agora o cargo. Sarney lembrou que a reformulação administrativa do Senado incluiu a parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a implantação do plano de cargos e salários e a resolução de problemas pendentes, entre outras medidas, e expressou sua admiração e “profunda gratidão” a Tajra.

Doris é primeira mulher a ocupar Diretoria-Geral

Pela primeira vez, a Direção-Geral do Senado está a cargo de uma mulher: Doris Marize Romariz Peixoto, que tomou posse ontem. Doris tem 56 anos e era diretora de Recursos Humanos até ser convidada pelo presidente da Casa, José Sarney, para substituir Haroldo Tajra.

Na solenidade da posse, Sarney ressaltou as qualidades de Doris para o cargo, dando ênfase à sua “honestidade, confiabilidade e competência”.

Funcionária de carreira do Senado desde 1984, a alagoana Doris é formada em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília (UnB). Ela fez também cursos nas áreas de recursos humanos e planejamento na Fundação Getúlio Vargas e em instituições do exterior.

Antes de ingressar no Senado, Doris trabalhou no Ministério das Relações Exteriores e na extinta Companhia de Armazenamento do Ministério da Agricultura. Também foi assessora do Programa Mundial de Alimentos (PMA/ONU) na Secretaria de Educação do Pará.

No Senado, ingressou como analista legislativa na Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep).



Senadora também declara que votará a favor do salário mínimo de R\$ 600

Marisa Serrano: decisões de Lula começam a pesar

“Estamos começando a viver o refluxo das decisões erráticas tomadas pelo governo anterior”, comentou ontem a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), para quem o superávit primário registrado no ano passado, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, resultou de manobras contábeis. Devido ao ano eleitoral, a propaganda governamental, de acordo com a senadora, transformou o Brasil em uma ilha da fantasia enquanto se promovia um afrouxamento radical do controle fiscal.

Agora, observou ela, num momento de adversidade no cenário internacional, os problemas internos brasileiros começam a se avolumar. Marisa Serrano manifestou preocupação com o crescimento do déficit comercial, o aumento dos índices inflacionários, a subida no custo de vida e a perda de poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores.

– Os juros sobem e a inadimplência ganha espaços inéditos. Houve uma procura grande por crédito até o ano passado, agora a população está sem recursos suficientes para honrar os compromissos assumidos. Para completar, o governo anunciou um corte orçamentário de R\$ 50 bilhões. Só que durante a campanha, a candidata Dilma Rousseff disse que não haveria necessidade nenhuma de ajuste fiscal – afirmou.

A senadora também cobrou do governo explicações a respeito do apagão que atingiu o Nordeste e, posteriormente, São Paulo. O caso precisa ser esclarecido, na avaliação de Marisa Serrano. Da mesma forma, declarou que o governo precisa se pronunciar a respeito do socorro financeiro ao Banco Panamericano. Por fim, ela antecipou que votará pelo salário mínimo de R\$ 600, conforme proposta de campanha do ex-candidato do seu partido, José Serra.

Senadora questiona por que a Casa, fiscalizadora do Executivo, não recebeu detalhamento dos programas e ações do governo que sofrerão os cortes anunciados por Mantega à imprensa

Marinor Brito: “Em quem vai doer o corte orçamentário?”

A DECLARAÇÃO FEITA pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre o corte orçamentário de R\$ 50 bilhões anunciado pelo governo, foi questionada por Marinor Brito (PSOL-PA). De acordo com a senadora, o ministro disse que o corte orçamentário “vai doer, não vai ser sem dor”.

– A pergunta que precisa de resposta urgente é a seguinte: em quem vai doer o corte orçamentário? – afirmou Marinor.

A senadora disse que é muito preocupante que o Senado – fiscalizador do Executivo por dever constitucional – só tenha conhecimento do que foi divulgado pela imprensa. Ela assinalou que não foi apresentado nenhum quadro detalhado de que programas e ações sofrerão cortes. Para Marinor, sem este detalhamento, os senadores estão abrindo mão da sua autoridade e da obrigação fiscalizadora.

Ela relacionou entre as preocupações que devem ter os senadores a maneira como “os cortes orçamentários afetam o funcionamento das atividades



Marinor manifesta preocupação com as atividades de prestação de serviços públicos

de prestação de serviços públicos, mas não penalizam os credores da dívida pública”. A senadora disse que, no ano passado, foram repassados R\$ 264 bilhões para esses credores e que, adicionando a essa conta os recursos utilizados para o refinanciamento da dívida, o total pula para R\$ 635 bilhões.

Programas sociais

A possibilidade de o governo vir a cortar diárias, viagens e congelar a nomeação de concursados também é preocupante, segundo Marinor. Segundo ela,

isso vai afetar os programas sociais, pois professores deixarão de ser convocados, será reduzida a capacidade do governo federal de prestar assistência técnica aos municípios na área de saúde, e vai diminuir o trabalho do grupo móvel de combate ao trabalho escravo do Ministério do Trabalho.

– É óbvio que de alguma forma todas as atividades sociais do governo federal sofrerão com os cortes anunciados. O que precisamos é da expansão dos serviços públicos e não da redução – afirmou.

Jarbas lê artigo em que José Serra cobra postura firme da oposição

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) comentou ontem artigo publicado pelo jornal *O Globo* em que o ex-governador de São Paulo José Serra (PSDB) questiona qual seria o papel da oposição e critica as disputas internas entre os que se opõem ao governo Dilma Rousseff. No artigo *Oposição pra quê?*, Serra assinala que o seu partido está “se perdendo”, mesmo depois de ter obtido 44 milhões de votos e eleito 10 governadores em 2010.

No artigo lido por Jarbas, Serra afirma que não se pode deixar esse eleitorado sem representação. “É ele, inicialmente, que precisa receber uma resposta e convencer-se de que não jogou seu voto fora. Até porque as ditaduras também têm governos, mas só as democracias contam com quem possa vigiá-los, fiscalizá-los, em nome do eleitor. Por isso, a oposição tem de ter posições claras, ser alta, sem se omitir nem se amedrontar”.

O senador continuou a leitura: “Até quem votou no PT conta conosco para que ofereçamos alternativas, para que possamos

aprimorar propostas do governo e denunciar, quando é – e como está sendo – o caso, a falta de rumo. Não se trata de fazer oposição sistemática ou não sistemática, bondosa ou exigente. Isso é bobagem”.

– E é verdade. Oposição é oposição. Ela não tem adjetivação – acrescentou Jarbas Vasconcelos.

No artigo, Serra alerta que o governo vem fazendo acenos à classe média e às oposições. “Conta com o conhecido bom-mocismo dos adversários, tucanos à frente”, assinalou.

O ex-governador observa que a realidade está mostrando o grave problema fiscal brasileiro e a maquiagem nas contas não consegue escondê-lo. Ele também ressalta, assinalou Jarbas, o aparelhamento da máquina governamental, como na Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Furnas e as “trapalhadas” no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

“Seria forçoso reconhecer que nos tem faltado nitidez. E nós temos os bons fundamentos. A quem pertence a bandeira da



Jarbas concorda com artigo de Serra: “oposição é oposição, sem adjetivação”

social-democracia no Brasil? O PT adotou as bandeiras, mas perverteu sua prática. Privatizou as ações do Estado em benefício do partido e aliados. Banalizou o que a vida pública brasileira tinha de pior. Rebaixou a saúde e a educação. Transformou em instrumento eleitoral a rede de proteção herdada do governo FHC. Virou as costas para a segurança e descuidou-se da Previdência. A falsa social-democracia petista preside um processo de desindustrialização do Brasil e mantém como principal despesa do orçamento o pagamento de R\$ 180 bilhões anuais em serviço da dívida pública”, leu Jarbas.



Texto citado por Itamar trata de acusação a sindicalistas

Itamar Franco lê artigo que questiona Lula

Itamar Franco (PPS-MG) leu ontem, em Plenário, artigo da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado na *Folha de S. Paulo*, no qual ela questiona o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter acusado as centrais sindicais de “oportunismo” ao pressionarem o governo por um salário mínimo mais elevado.

No artigo, a jornalista pergunta: “Depois de começar a carreira política como líder sindical, depois de ter passado boa parte da vida azucrinando governos e patrões por maiores salários, depois de ter feito todo o discurso pró-pobres e pró-assalariados e depois de ter virado presidente da República à custa de tudo isso, Lula tinha o direito de desautorizar e criticar sindicalistas pelo justo direito de reivindicação?”

Conforme o artigo lido por Itamar, “oportunismo por oportunismo, nada pode ser pior do que manifestar opiniões ao sabor do momento, da circunstância, dos interlocutores”. Para a colunista, isso “é coisa típica de cara de pau”. Ela lembra ainda que o então presidente Lula “vivía falando que ex-presidente tem de ficar calado”.



Alvaro Dias lembra que PSDB alertou sobre riscos durante campanha de 2010

Ajuste fiscal é insuficiente para equilibrar contas, diz Alvaro Dias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem, em discurso, que o ajuste fiscal com cortes de R\$ 50 bilhões, anunciado pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, é insuficiente para o equilíbrio das contas públicas. Além disso, a economia anunciada vai acabar prejudicando investimentos im-

portantes em serviços públicos e em obras de infraestrutura.

– Certamente, a população mais pobre e mais sofrida estará com seus objetivos de vida digna e de melhoria da qualidade seriamente comprometidos, porque está reduzida a capacidade de investimento do Estado – afirmou.

Na campanha presidencial

de 2010, lembrou Alvaro Dias, o PSDB chamou a atenção da população para a “irresponsabilidade administrativa” praticada pelo governo federal, que ocasionou o inchaço da máquina pública com consequente aumento dos gastos correntes.

– Falávamos na necessidade do ajuste fiscal rigoroso e a

candidata do PT não concordava. Afirmava que não havia necessidade disso – disse.

Para Alvaro Dias, é necessária uma reforma administrativa do Estado brasileiro, pois a máquina pública “engordou demais” com a criação de diversos ministérios, secretarias, estatais, departamentos e cargos comissionados.

PSDB assegura que não está intransigente em relação ao valor, desde que fique acima dos R\$ 545 atualmente propostos pelo Executivo

Fechado acordo para votar novo mínimo na quarta

LÍDERES DO GOVERNO e da oposição na Câmara chegaram ontem a um acordo para a votação do projeto do salário mínimo na próxima quarta-feira à noite, em sessão extraordinária. O acerto foi confirmado pelos líderes do governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP); do PSDB, Duarte Nogueira (SP); e do DEM, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA).

A proposta estabelece um valor de R\$ 545 e uma política de reajuste até 2014 e já foi encaminhada ao Congresso Nacional. Vaccarezza disse que a regra para o mínimo prevê que o reajuste dos valores, até 2014, será feito com base na inflação do ano anterior e a variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes. A fórmula é a mesma em vigor desde 2007.

Nogueira ressaltou que, apesar de o seu partido defender um salário mínimo de R\$ 600, o PSDB não será intransigente em uma negociação de valor, desde que seja, ao menos, maior do que os R\$ 545 propostos pelo governo.

Comissão geral

Antes da votação, na terça-feira que vem, haverá uma comissão geral para debater o assunto com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, partidos e setores da sociedade sobre os diferentes valores propostos.

As emendas de valores maiores que R\$ 545, informou Duarte Nogueira, deverão ser objeto de votação nominal. "Assim poderemos saber o posicionamento

de cada deputado", explicou.

Apesar de o governo defender os R\$ 545, Vaccarezza admite que a oposição pode apresentar emendas à proposta. Ele não teme, no entanto, que o corte no orçamento deste ano, anunciado ontem pela equipe econômica, ameace a votação.

Sobre a reivindicação das centrais sindicais por um reajuste maior, Vaccarezza afirmou que o governo ainda tem tempo para convencê-las a apoiar os R\$ 545. Segundo o líder, serão agendadas reuniões com bancadas de vários partidos até o início da próxima semana.

Ontem, o governo já começou a intensificar os esforços para aprovar o novo salário mínimo no Congresso. O ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, estiveram na Câmara para discutir a proposta do governo com a bancada do PV.

Nelson Barbosa disse que a proposta das centrais altera as regras do jogo e abre espaço para novas mudanças nos anos seguintes.

Já o ministro Luiz Sérgio lembrou a dificuldade dos municípios em seguir os aumentos.

Ele afirmou que em 2012 o mínimo deve chegar a R\$ 615. "Já recebi inúmeros prefeitos com uma enorme preocupação com relação ao salário mínimo. A maioria dos municípios são pequenos e o salário mínimo tem um impacto muito forte."

(Agência Câmara)

Governo pretende fazer reuniões com bancadas de vários partidos para conseguir apoio aos R\$ 545



Marco Maia (C), presidente da Câmara, comanda reunião de lideranças partidárias que definiu data para votação do mínimo

Dez MPs obstruem a pauta da Câmara

O projeto que fixa o salário mínimo para 2011 e sua política de valorização até 2014 chegou ontem ao Congresso. O governo estabelece R\$ 545.

A tramitação do projeto vai começar pela Câmara dos Deputados, onde irá se defrontar com a primeira barreira: dez medidas provisórias (MPs) que obstruem a pauta de deliberações da Casa.

Como há também matéria tributária no texto da proposta, ela poderia ser votada em sessão extraordinária, furando a fila das medidas provisórias. Desde o ano passado, a regra para trancamento da pauta pelas MPs foi modificada, permitindo que propostas de emenda à Constituição e pro-

jetos de leis complementares – caso do texto enviado pelo governo – sejam votados em sessões extraordinárias.

O artigo sobre matéria tributária incluído no projeto trata da representação fiscal em caso de ações penais relacionadas a parcelamento de créditos tributários.

Antes da votação, o governo precisa entrar em acordo com sindicalistas e opositores. Interlocutores aliados, como o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), já asseguraram que o patamar máximo para o piso nacional é R\$ 545, valor definido segundo a regra de reajuste anual – reposição da inflação segundo o Índice Nacional de Preços ao

Consumidor (INPC), acrescida do índice de crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes – negociada com as centrais sindicais ainda no governo Lula.

Ao anunciar um corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, também reiterou que um salário mínimo maior que R\$ 545 em 2011 está fora de discussão. O governo quer manter a política de valorização de longo prazo para o mínimo acordada em 2007 e, mantidos os R\$ 545, concorda em corrigir a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) em 4,5%, o que vai representar uma redução de R\$ 2,2 bilhões na arrecadação federal.

Gleisi defende ajuste fiscal anunciado pelo governo

Ao defender as medidas de contenção de gastos anunciadas na quarta-feira pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) elogiou o fato de os cortes atingirem basicamente as despesas de custeio, não recaindo sobre os investimentos e ações sociais. Ela observou que o ajuste fiscal é uma resposta firme do governo ao superaquecimento da economia e ao crescimento da inflação.

A senadora lembrou que o aquecimento da economia se deve aos estímulos econômicos concedidos pelo governo durante a crise mundial de 2008/2009. Ela registrou que as medidas de desoneração tributária, de incentivo ao crédito e de redução de juros aumentaram o consumo interno e evitaram que o Brasil entrasse em uma rota de prejuízos econômicos.

– Tenho ouvido a oposição falar que nós fizemos o estelionato eleitoral. Nós dissemos, sim, na eleição, que vivíamos um momento mágico e ainda vivemos um momento mágico. E é por esse momento mágico, para que ele continue existindo, que essas medidas são importantes. Quando tivemos a crise, o Estado entrou com recursos, com investimentos, fez gastos e garantiu que o Brasil não afundasse na crise – afirmou Gleisi Hoffmann.

A senadora pediu a compreensão de deputados e senadores para os cortes que deverão ser promovidos nas emendas parlamentares.



Senadora lembra que cortes não atingem investimentos

Pimentel: país agora pode definir projeto de nação

A partir desta legislatura, de acordo com o senador José Pimentel (PT-CE), será possível ao Congresso Nacional e à sociedade aprofundarem o debate sobre o projeto de nação que desejam para o Brasil.

Ele disse que desde o governo Juscelino Kubitschek não se planeja nada no país, especialmente porque em alguns períodos a inflação anual ultrapassava os 2.000% e o objetivo dos administradores era diminuir o desemprego e as perdas do poder de compra.

José Pimentel comemorou o crescimento econômico do país nos últimos anos e mencionou a taxa de desemprego, em torno de 5%, a menor dos últimos 30 anos. Deste crescimento, disse, resultaram distribuição de renda e inclusão social, "talvez a grande inovação do governo Lula".

Assinalou que em 2003 o Brasil era a 11ª potência econômica do planeta, chegando em 2010 à 8ª posição, e citou estudos segundo os quais o país, em 2015, poderá assumir o 5º lugar entre as maiores economias do mundo.

Em aparte, Itamar Franco (PPS-MG) comentou as dificuldades de fazer planejamento com uma inflação de 4% ao dia e disse que não apenas o presidente Lula, mas ele próprio quando presidiu o país e outros presidentes ajudaram o país a se reerguer.



Para Pimentel, nada se planeja no país desde JK

Zona franca faturou US\$ 35 bi no ano passado, diz Vanessa

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) saudou ontem o faturamento recorde de US\$ 35 bilhões obtido pela Zona Franca de Manaus em 2010. O valor é 35% superior ao obtido em 2009 (US\$ 26 bilhões) e maior que o orçamento de muitos países vizinhos do continente sul-americano, disse a senadora.

Vanessa Grazziotin destacou a importância dos segmentos eletroeletrônicos, duas rodas, químico e descartáveis. A senadora também registrou o crescimento do nível de emprego em 2010 na Zona Franca de Manaus, que já tem 110 mil postos de trabalho diretos.

A parlamentar lamentou que no governo Collor (1990-1992) o polo industrial tenha sido alvo de uma política que não levou em conta uma área de exceção como a zona franca e desempregou muitos operários.

– Não queremos que a zona franca seja vista com desconfiança pelo Brasil; não é e não pode ser jamais um galpão de montagem ou maquiagem, tem que ser um modelo de produção – afirmou.

Vanessa ressaltou que a maior fábrica de motocicletas da Honda no continente sul-americano – que fica na Zona Franca de Manaus – tem um índice de nacionalização das peças de 98%, o que contribuiu para a geração de empregos e tecnologia.

– A zona franca não foi um modelo que nasceu para ser de exportação, mas de substituição de importações.



Vanessa: zona franca gera 110 mil empregos diretos

Senador informa que sistema inédito que está sendo adotado em seu estado visa à substituição dos processos físicos e será implantado gradualmente em todo o país

TRT-MT inicia processo judicial eletrônico, diz Jayme Campos

O SENADOR JAYME Campos (DEM-MT) comunicou em Plenário que está começando no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Mato Grosso uma experiência inédita – a implantação do Processo Judicial Eletrônico.

Trata-se de um sistema a ser adotado gradualmente no país e que será responsável pela substituição dos processos físicos pelos processos eletrônicos. O sistema irá acelerar os processos trabalhistas no estado.

Jayme Campos disse que o sistema vem sendo construído pela Justiça do Trabalho e pelo Conselho Nacional de Justiça. Ele cumprimentou, pela inovação, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Milton de Moura França, e o presidente do TRT-MT, desembargador Osmair Couto.

Várzea Grande

O senador também pediu socorro para a cidade de Várzea Grande (MT), vizinha a Cuiabá. Jayme Campos disse que há “desinteresse das autoridades”



Senador também pede ajuda a Várzea Grande, que está virando “bolsão de miséria”

do município pelo sofrimento da população, informando que os setores de saúde, segurança e educação vivem uma fase caótica. Advertiu que a violência aumentou tanto na cidade que em 2010 chegou a ocorrer um assassinato para cada 2.200 habitantes, um índice extremamente elevado.

– Embora o nosso Mato Grosso mostre números econômicos espetaculares, com uma vigorosa produção agrícola, Várzea Grande está se transformando em num constrangedor bolsão

de miséria – lamentou.

Jayme Campos, que foi prefeito da cidade por 14 anos, afirmou que o hospital que ele construiu na década de 1980 enfrenta problemas sérios e o pronto-socorro encontra-se em uma situação precária.

O senador pediu o apoio dos outros dois senadores de Mato Grosso – Pedro Taques (PDT) e Blairo Maggi (PR) – para que lutem juntos em Brasília por verbas destinadas a melhorar os serviços públicos de Várzea Grande.

Ciro Nogueira: “Meu gabinete está aberto para os prefeitos”

Ciro Nogueira (PP-PI) agradeceu à população do seu estado pelos mais de 636 mil votos que o elegeram. Deputado federal por quatro mandatos consecutivos, o agora senador prometeu “continuar lutando pela redução da desigualdade social no Piauí”.

– Eu, que conheço cada palmo do Piauí, posso atestar que a vontade política pode mudar a cara do meu estado, que tem grandes potencialidades e é, sem dúvida, uma terra de oportunidades – afirmou.

Ciro Nogueira também declarou que continuará defendendo os interesses dos municípios brasileiros e que as portas de seu gabinete estarão abertas aos prefeitos.

Ele disse que seu mandato no Senado será voltado para te-

mas como o desenvolvimento sustentável da mineração e da produção agrícola piauiense, melhorias nas áreas de segurança, saúde, educação, habitação, turismo, capacitação profissional, infraestrutura, agronegócio e meio ambiente, e políticas voltadas para os idosos, adolescentes e jovens.

– Também voltarei meus olhos para as ações de combate à pobreza, determinantes para a diminuição das desigualdades – acrescentou.

O senador anunciou que já apresentou seu primeiro projeto na Casa (PLS 12/11), estabelecendo a dedução, no Imposto de Renda, das despesas com medicamentos controlados, mediante a apresentação de notas fiscais de compra e a devida receita médica.



Ciro Nogueira promete lutar pela redução da desigualdade social no Piauí

Wilson Santiago promete lutar contra desequilíbrios regionais

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) assumiu o compromisso de dedicar seu mandato a problemas nacionais como a segurança pública e o desenvolvimento econômico das regiões mais carentes do país, especialmente o Nordeste.

Ele prometeu reivindicar

soluções e defender propostas que alavanquem o potencial produtivo e econômico de cada região para tentar superar os desequilíbrios regionais.

Wilson Santiago defendeu ainda uma nova Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e antecipou que apresentará projeto para criar uma zona de livre comércio para o semiárido.

– Assim teremos condições de combater o desemprego, de amenizar o desemprego, de gerar renda, de gerar melhor qualidade de vida, de combater por condições melhores e de amenizar a doença de Chagas e, além de tudo, a mortalidade infantil – disse.

O parlamentar também defendeu a adoção de uma “ampla, contundente e incisiva” política nacional antidrogas, com assistência a usuários contumazes e a suas famílias.

Jucá cobra asfaltamento de estrada

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) cobrou do governo a renovação do compromisso assumido pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de asfaltamento da estrada que liga Boa Vista, a capital de seu estado, a Georgetown, capital da Guiana.

De acordo com Jucá, a rodovia é estratégica para a Amazônia Ocidental, uma vez que será aberto um corredor de exportação dos produtos da região para o Caribe.



Romero Jucá afirma que a obra foi prometida pelo governo federal

Ferraço defende compensação a estados produtores de petróleo

O direito de estados e municípios produtores a uma participação especial na distribuição dos royalties do petróleo foi defendido por Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O senador afirmou que a justa distribuição das riquezas do país deve levar em conta as potencialidades e vocações de cada região.

– O petróleo é uma riqueza do povo que deve ser distribuída para todos os brasileiros, mas os estados e municípios produtores arcam com o ônus social, ambiental e econômico de manter a infraestrutura necessária. Não se trata de defender privilégios – afirmou.

Ferraço disse que dedicará seu mandato a inserir o Espírito Santo no cenário político e econômico nacional. A seu ver, a despeito da contribuição que dá ao desenvolvimento do país, o estado vem sendo preterido na distribuição dos investimentos

federais.

– A contribuição que o estado dá ao desenvolvimento nacional é inversamente proporcional aos investimentos recebidos. Não queremos favores, mas contrapartidas. O Senado é o lugar ideal para garantirmos a solidariedade federativa – disse.



Ferraço: “Quero ver o Espírito Santo no cenário político e econômico nacional”



Senador anuncia projeto para criar área de livre comércio no semiárido

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cicero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e

Vanessa Grazziotin

Diretor-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Acir Gurgacz • Ciro Nogueira • Ana Amélia • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sílvia Gomide

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Cristovam cobra apoio a Graziano para a FAO

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu ontem em Plenário que o governo brasileiro realmente apoie a indicação do economista e engenheiro agrônomo Francisco Graziano para ocupar a diretoria da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Ele pediu ainda que o Senado trabalhe em conjunto com a presidente Dilma Rousseff, acima dos interesses partidários, para que o Brasil conquiste uma posição de destaque na estrutura da ONU.

Cristovam lembrou que, há poucos meses, o governo brasileiro tinha dois candidatos para diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Um deles era ele próprio e o outro era Márcio Barbosa, na época o segundo na hierarquia da instituição e detentor de votos suficientes para ser eleito.

– Eu não tinha [votos] e ia precisar fazer uma campanha, obter o apoio do presidente Lula e do governo. Para Barbosa, bastava não ter o governo contra ele. Apesar disso, o governo brasileiro preferiu apoiar, “puxando o tapete” dos dois brasileiros, o candidato indicado pelo presidente egípcio Hosni Mubarak. O resultado é que o Brasil perdeu a possibilidade que tinha nas mãos de eleger o diretor-geral da Unesco – lamentou.

O senador assinalou que o Brasil não pode perder mais uma disputa no cenário internacional e espera que, desta vez, o governo não apoie alguém indicado por um ditador estrangeiro apenas para ficar bem nas relações internacionais. Cristovam assegurou que Francisco Graziano tem todas as qualidades para ser um grande diretor da FAO.

O senador Pedro Taques (PDT-MT) apoiou o apelo de Cristovam.



Senador lamenta o que aconteceu com indicação para a Unesco

A tragédia que deixou centenas de mortos na Região Serrana do Rio de Janeiro motivou seis propostas que beneficiam a população atingida e estabelecem medidas de prevenção

Fotos de Waldemir Bonetto/Senado Federal



Lindbergh Farias também agradeceu ao país a corrente de solidariedade que continua a ajudar a população atingida

Região Serrana é objeto de seis projetos de Lindbergh

O SENADOR LINDBERGH Farias (PT-RJ) comunicou ontem ao Plenário a apresentação de seus seis primeiros projetos de lei, dois deles em prol da população da Região Serrana do Rio de Janeiro e os outros voltados à prevenção de tragédias desse tipo. No início do ano, fortes chuvas provocaram enchentes em várias cidades daquela região, deixando centenas de mortos e milhões de reais de prejuízo. Lindbergh agradeceu a solidariedade de cidadãos de todo o Brasil que enviaram e continuam a enviar ajuda para os atingidos pela catástrofe.

– Houve uma grande corrente de solidariedade de todos os estados, e eu, como senador do estado do Rio de Janeiro, quero agradecer ao Brasil – declarou.

Lindbergh explicou que o primeiro de seus projetos autoriza a União a conceder isenção, anistia ou remissão de tributos federais, por prazo determinado, para pessoas físicas e jurídicas atingidas por desastres. O segundo projeto, informou, trata de linhas de crédito especiais para auxiliar a recuperação financeira da Região Serrana do Rio.

O senador também apresen-

tou proposta de criação de um cadastro nacional de áreas de risco; outro sobre a destinação de residências do programa Minha Casa, Minha Vida para pessoas que moram em áreas de risco; outro para a criação de uma Força Nacional de Defesa Civil e um projeto sobre a obrigatoriedade de cidades com menos de 20 mil habitantes elaborarem seus planos diretores.

Os senadores Jayme Campos (DEM-MT) e Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiaram o discurso de Lindbergh e o cumprimentaram pelos projetos apresentados.

Eduardo Braga sugere discutir novo projeto para AM

Eduardo Braga (PMDB-AM) sugeriu transformar as pequenas comunidades da Amazônia em produtores independentes comunitários de energia, reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Além de gerar emprego, a medida, segundo o senador, retiraria da escuridão comunidades isoladas da Amazônia não alcançadas por programas como o Luz para Todos.

– É necessário oferecer qualidade de vida para quem protege uma das principais reservas ambientais do planeta. Viver na Amazônia, um dos maiores patrimônios do povo brasileiro, não pode ser uma punição – disse.

Segundo Braga, dos quase 4 milhões de habitantes do Amazonas, cerca de 1,8 milhão vivem espalhados em 1,5 milhão de quilômetros quadrados. Centenas de milhares dessas pessoas passaram a consumir energia, mas outros milhares continuam isolados.

– Se cortamos o desmatamento em 75% da Amazônia, não foi destrutando as populações. Ao contrário, foi trazendo as



Senador quer produção independente comunitária de energia na Amazônia

populações da região, os amazônidas, para um novo pacto. E é esse novo projeto que quero poder discutir com esta Casa, porque é hora de avançarmos não apenas na nova matriz energética, o gás natural, nem apenas na ampliação dos parques de energia elétrica da cidade de Manaus – afirmou.

Em aparte, a senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) opinou que a implantação da sugestão de Braga “seria uma grande revolução” para a Amazônia. Já João Pedro (PT-AM) informou que o governo federal está construindo um “linhão” para

interligar o Amazonas à rede nacional de energia elétrica.

Dengue

Eduardo Braga confirmou audiência que manteve com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, sobre surto de dengue no estado. Segundo o senador, o ministro se comprometeu a enviar ao Amazonas, ainda nesta semana, uma equipe para – junto com técnicos do governo do estado e das prefeituras dos nove municípios onde já foi decretado estado de emergência – traçar um plano de ação para combater a dengue.

Paim pede solução para o fundo Aerus

Paulo Paim (PT-RS) pediu ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Delcídio Amaral (PT-MS), que indique o relator do projeto de lei que apresentou para dar uma solução legal para o fundo de pensão dos aeronautas, o Aerus. Os aeronautas deixaram de receber as aposentadorias que tinham, em virtude da falência do fundo de pensão.

O parlamentar lembrou que já fez vários discursos sobre o tema nos anos anteriores, além de comparecer a reuniões sobre o assunto com integrantes do governo federal e do Supremo Tribunal Federal. Ele afirmou que os aposentados e pensionistas estão morrendo sem receber o dinheiro que conquistaram.

– Voltarei à tribuna tantas vezes quantas forem necessárias para que se construa uma saída – frisou.

No mesmo discurso, Paim pediu que seja antecipado o reajuste do salário mínimo previsto para o ano que vem. Ele lembrou que, pela regra em vigor, seria concedida a inflação do ano anterior com a variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes. Mas o PIB de 2009 foi negativo.

Paim disse que todos reconhecem a valorização do mínimo no governo Lula, quando passou do equivalente a US\$ 70 para mais de US\$ 300. Para Paim, caso seja concedida a antecipação do reajuste previsto para o ano que vem, o salário mínimo teria um aumento em torno de 14%, indo para cerca de R\$ 600.



Paim lembra que aeronautas pagaram por aposentadoria

Dornelles quer reação contra práticas desleais de asiáticos

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) alertou ontem para práticas desleais de comércio por países asiáticos, que ameaçam segmentos industriais brasileiros. Dornelles assinalou que as regras internacionais permitem que sejam tomadas medidas para coibir tais práticas, como

o direito compensatório, o *antidumping* e a salvaguarda. Ele solicitou ao governo que agilize a criação do sistema de proteção comercial.

– Os setores têxtil, calçadista e de brinquedos no Brasil estão sofrendo uma competição muito desleal de produtos asi-

áticos. Precisamos ter condição, inclusive, de aplicar direitos provisórios no momento em que a reclamação é feita – afirmou.

Dornelles explicou que o direito compensatório é acionado quando um determinado país concede subsídios não

permitidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC), às empresas nele situadas. A medida *antidumping* é utilizada quando uma empresa, em decorrência de situação de mercado, reduz o preço da mercadoria para ganhar o mercado em outro país.

Propostas foram feitas diretamente ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Entre elas, Paulo Davim defendeu a unificação do piso de atenção básica repassado aos municípios

Davim sugere aperfeiçoar programa Saúde da Família

EM AUDIÊNCIA DA bancada federal do PV com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o senador Paulo Davim (PV-RN) sugeriu aperfeiçoamentos no programa Saúde da Família. A informação foi dada pelo próprio parlamentar em Plenário.

Para melhorar o programa, Paulo Davim sugere a unificação do piso de atenção básica, referente a procedimentos e ações de assistência básica e repassado a cada município de acordo com a população.

Paulo Davim também defendeu a necessidade de inclusão de médicos pediatras nas equipes do Saúde da Família e do aumento do número de leitos nas unidades de terapia intensiva (UTIs) no país.

– A carência de leitos no Brasil é realidade que se agrava nos estados mais pobres, que não dispõem de uma rede hospitalar pública que venha a atender suas demandas – afirmou.

O senador também sugeriu a Alexandre Padilha a criação



Fotos de Waldemir Borretto/Senado Federal

Senador comunica que bancada federal do PV votará a favor de um salário mínimo de R\$ 560

de unidades de “UTI tutelada”, recomendação da Sociedade Brasileira de Terapia Intensiva. A UTI tutelada permite que um especialista que não reside no município responda pela unidade até que algum profissional se capacite para responder legalmente pela UTI.

– Isso permitirá o credenciamento desses leitos no Ministério da Saúde, e os hospitais receberão, pela prestação de serviço, como leitos de UTI e não como leitos de enfermagem – disse.

Paulo Davim também

registrou que os parlamentares do PV, depois de ouvirem representantes do governo federal e das centrais sindicais, decidiram apoiar o salário mínimo de R\$ 560, superior ao definido pelo governo, de R\$ 545.

– Por várias razões: por entendermos a importância do salário mínimo como o verdadeiro e o grande distribuidor de rendas; pelo papel importante na recuperação social e na conservação do tecido social, como elemento de aquecimento da economia; e como fator de justiça social – explicou.

Mozarildo: problema do SUS é o desvio de verbas



Mozarildo Cavalcanti

O modelo do Sistema Único de Saúde (SUS) é muito bom, mas sua execução é prejudicada por problemas como o desvio de recursos, a falta de médicos e até mesmo a mudança no padrão do envelhecimento da população. Foi o que afirmou ontem Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ao citar estudo da Consultoria Legislativa do Senado sobre a situação da saúde no Brasil, que ele pretende levar ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Ao contrário do que a população é levada a crer, explicou Mozarildo, a dificuldade do SUS não é a falta de recursos, mas sim os desvios.

– O que falta na saúde é vergonha na cara na aplicação do dinheiro público. O que a gente vê de um modo geral, e tenho o exemplo do meu estado, é usar a saúde como o meio mais eficaz de fazer corrupção, porque é fácil desviar dinheiro da aquisição de medicamentos, porque o controle é muito complexo – disse.

Diniz celebra redução nos casos de dengue no Acre



Aníbal Diniz

Aníbal Diniz (PT-AC) anunciou ontem o que considerou uma vitória na guerra contra a dengue no Acre: entre a primeira e a quinta semanas do governo de Tião Viana (PT) houve uma redução de 22,18% nos casos notificados, exatamente no auge do verão, período de mais intensidade das chuvas e maior propagação do agente transmissor da doença, o mosquito *Aedes aegypti*.

Segundo o senador, essa redução deveu-se ao trabalho conjunto do governo local, do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e da mobilização da população para combater o mal e eliminar os criadouros. Aníbal Diniz disse que o objetivo é ter a situação normalizada o “mais rapidamente possível”.

Diniz também informou que ele e Tião Viana cobraram da Infraero informações e o compromisso em relação às obras no Aeroporto Internacional Plácido de Castro, em Rio Branco.

Para Malta, álcool é um problema maior que o crack

“O problema do país não é a cocaína nem o crack, é o álcool”, alertou ontem o senador Magno Malta (PR-ES), lembrando que é dentro de casa que os jovens tomam contato pela primeira vez com as bebidas alcoólicas, muitas vezes incentivados pela própria família.

Ele observou que a tolerância ao álcool é tão grande que o técnico da seleção brasileira de futebol, Mano Menezes, virou garoto-propaganda de uma marca de cerveja sem



Magno Malta critica técnico da seleção por divulgar cerveja

que ninguém protestasse ou achasse estranho.

Para o senador, é lamentável ver Mano Menezes – que é ídolo para diversos jovens e crianças – incentivar o uso de bebidas alcoólicas. Da mesma forma, ele lamentou que o atacante Adriano, atualmente

jogando na Itália, tenha se envolvido outra vez em um incidente relacionado ao álcool. Nessa semana, o jogador foi flagrado por uma blitz, no Rio de Janeiro, supostamente dirigindo sob efeito de bebida e teve sua carteira suspensa.

Por outro lado, Magno Malta citou diversos atletas que oferecem boas referências para jovens e adolescentes. Ele destacou, como exemplo, o lutador campeão de artes marciais Anderson Silva, que no final de semana passado derrotou o também brasileiro Vitor Belfort e confirmou seu título de campeão dos pesos médios do Ultimate Fighting Championship (UFC).

João Pedro festeja aniversário do PT e opção pelos pobres

João Pedro (PT-AM) celebrou ontem os 31 anos de criação do PT, afirmando que, “entre erros e acertos ao longo de sua existência, o saldo colhido é enormemente positivo”. Ele lembrou que a carta de princípios do PT, de 1º de maio de 1979, definia como grande objetivo lutar para que os trabalhadores formassem e construíssem “o seu próprio país e seu futuro”.

Depois de lembrar ter começado sua vida política pelo PCdoB, só ingressando no PT em 1991, João Pedro disse que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva “provou que a preocupação com os menos favorecidos é uma vocação do Partido dos Trabalhadores”.

– Muitas realizações foram feitas em prol dessas camadas sociais, mas temos a convicção de que ainda é preciso fazer muito mais. Não é à toa que o tema central do governo da presidenta Dilma seja o combate total à miséria, pois esse é o sentimento que está no DNA da imensa militância desse partido – afirmou.

Para o senador, o PT contri-

buiu significativamente para o avanço da democracia, para a redução da pobreza, para a transparência na administração pública e para “o reconhecimento mundial desta grande nação”.

João Pedro enalteceu os militantes que “subiram os rios da Amazônia” no início da década de 80 para lutar pela consolidação do PT. Observou que ele e seus colegas do PCdoB tiveram as mesmas dificuldades que os petistas para fincar as raízes do seu partido no Amazonas.



João Pedro enumera contribuições do PT à democracia e ao país

Wellington diz que partido foi “uma grande escola”

Wellington Dias (PT-PI) rendeu homenagens às lideranças e aos filiados do PT de “todos os cantos desse país” e afirmou ser um orgulho ver transformadas em conquistas de uma nação as bandeiras historicamente defendidas pelo partido que viu nascer.

– O PT foi pra mim uma grande escola. Percebi que o mundo era muito maior do que eu imaginava e que era possível construir uma nação livre e soberana – disse.

Para Wellington Dias, muito da importância do PT no quadro político-partidário se deve ao fato de a agremiação ter aberto suas portas, desde o princípio, para as pessoas mais simples da sociedade, como trabalhadores rurais, empregadas domésticas e taxistas.

Ele citou especialmente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelas conquistas de seu governo no campo social e econômico, e lideranças do partido em seu estado, como Zé Pereira, Ribamar Santos e Antonio Medeiros.



Wellington homenageia lideranças e filiados pelos 31 anos do partido



Ana Rita acredita que PT ainda tem grandes desafios no governo

Ana Rita pede mudanças estruturais

Ana Rita (PT-ES) pediu que o PT “implemente um programa de transformações estruturais” e “continue lutando pelo socialismo, por uma sociedade sem exploração nem opressão, baseada na propriedade social dos grandes meios de produção”.

A senadora afirmou que, no governo, o PT ainda tem grandes desafios, como a manutenção do crescimento econômico e social, a garantia de igualdade entre mulheres e homens e a melhoria da educação pública. Para ela, o partido deve ainda “assegurar maior acesso à saúde pública” e reforçar suas relações com os movimentos sociais.

Ana Rita destacou ainda os compromissos do PT na recuperação do Estado “como promotor de cidadania e indutor do crescimento econômico” e a “defesa da democracia e das instituições”. Para ela, o PT deve orientar suas ações para mudar a distribuição da riqueza, da renda e da propriedade privada”.